

## ***SUMÁRIO***

Prefácio da 32ª Edição .....	7
Prefácio da 1ª Edição.....	9

---

### **PRIMEIRA PARTE INTRODUÇÃO E PREMISSAS SISTEMÁTICAS**

---

#### *Capítulo I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS*

1. teoria geral do processo.....	27
2. a instrumentalidade do processo, os escopos da jurisdição e o processo de resultados.....	30
3. as crises jurídicas.....	32
4. solução de conflitos e as tutelas alternativas.....	34

#### *Capítulo II – SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA*

5. sociedade e direito .....	42
6. conflitos e insatisfações.....	43
7. da autotutela à jurisdição .....	44
8. a função estatal pacificadora (jurisdição) .....	47
9. meios alternativos de solução de conflitos (pacificação social)....	48
10. autotutela, autocomposição e arbitragem no direito moderno .....	53
11. controle jurisdicional indispensável (a regra nulla pœna sine iudicio).....	55
12. acesso à justiça pelo processo estatal.....	57
13. acesso à justiça pelos meios alternativos .....	60

#### *Capítulo III – O PROCESSO E O DIREITO PROCESSUAL*

14. as funções do Estado moderno.....	62
---------------------------------------	----

15. legislação e jurisdição .....	63
16. direito material e direito processual .....	65
17. relações do direito processual com outros ramos do direito .....	67
18. os institutos fundamentais do direito processual .....	68
19. linhas evolutivas da ciência processual – um enfoque supranacional.....	71

#### *Capítulo IV* – DENOMINAÇÃO, POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA E DIVISÃO DO DIREITO PROCESSUAL

20. denominação.....	75
21. posição enciclopédica do direito processual.....	76
22. divisão do direito processual.....	77

#### *Capítulo V* – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

23. conceito e delimitação conceitual .....	79
24. meras regras técnico-processuais não constituem verdadeiros princípios .....	80
25. os princípios informativos.....	81
26. a inafastabilidade do controle jurisdicional .....	81
27. tempestividade da tutela jurisdicional e razoável duração do processo.....	83
28. igualdade.....	85
29. contraditório e ampla defesa .....	88
30. o contraditório e o juiz – o dever de diálogo deste com as partes....	89
31. imparcialidade e juiz natural .....	92
32. imparcialidade, neutralidade e impessoalidade .....	95
33. publicidade.....	96
34. motivação das decisões judiciais.....	99
35. duplo grau de jurisdição .....	102
36. proporcionalidade.....	106
37. devido processo legal .....	107
38. entre os princípios e as meras regras técnicas.....	109
39. princípio da demanda – o processo inquisitivo e o acusatório .....	109
40. disponibilidade e indisponibilidade .....	112
41. a disponibilidade e a regra da livre investigação das provas – as chamadas verdade real e verdade formal .....	115
42. o impulso oficial.....	119
43. a oralidade.....	119
44. a persuasão racional do juiz .....	119
45. a lealdade processual .....	120
46. economia processual .....	124

*Capítulo VI – DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL*

47. processo e Constituição .....	127
48. direito processual constitucional .....	128
49. tutela constitucional do processo .....	129
50. acesso à justiça .....	129
51. a garantia do devido processo legal .....	130
52. as garantias processuais da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José de Costa Rica) .....	132
53. as garantias do processo administrativo.....	135

*Capítulo VII – NORMA PROCESSUAL: OBJETO E NATUREZA*

54. norma material e norma instrumental .....	139
55. objeto da norma processual .....	140
56. natureza da norma processual .....	141

*Capítulo VIII – FONTES DA NORMA PROCESSUAL*

57. fontes da norma processual .....	144
58. a jurisprudência como fonte do direito processual .....	145

*Capítulo IX – EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL  
NO ESPAÇO E NO TEMPO*

59. dimensões da norma processual.....	150
60. eficácia da norma processual no espaço .....	150
61. a norma processual no tempo – vigência e eficácia da lei processual – irretroatividade .....	151
62. a irretroatividade da jurisprudência.....	155

*Capítulo X – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL*

63. interpretação da lei, seus métodos e resultados .....	158
64. interpretação e integração.....	160
65. interpretação e integração da lei processual .....	161

*Capítulo XI – EVOLUÇÃO HISTÓRICA  
DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO*

66. continuidade da legislação lusa .....	163
67. o Regulamento 737.....	165
68. instituição das normas .....	166
69. competência legislativa .....	166
70. reforma legislativa .....	167
71. o Código de Processo Civil de 1973 .....	168

72. o Código de Processo Civil de 2015 .....	169
73. a reforma processual penal.....	177
74. a Constituição de 1988 e o direito anterior .....	180
75. evolução doutrinária do direito processual no Brasil – o papel de Liebman e a tendência instrumentalista moderna.....	182

## SEGUNDA PARTE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

### *Capítulo XII – PODER JUDICIÁRIO: FUNÇÕES, ESTRUTURA E ÓRGÃOS*

76. Poder Judiciário – conceito .....	189
77. funções do Poder Judiciário e função jurisdicional .....	190
78. órgãos da jurisdição.....	192
79. jurisdição una – inexistente no Brasil o contencioso administrativo .....	193
80. órgãos não-jurisdicionais do Poder Judiciário – o Conselho Nacional de Justiça, as Ouvidorias de Justiça e as Escolas da Magistratura.....	194

### *Capítulo XIII – A INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS*

81. a independência do Poder Judiciário.....	196
82. as garantias do Poder Judiciário como um todo .....	197
83. as garantias e impedimentos dos magistrados .....	198
84. garantias de independência .....	198
85. os impedimentos como garantia de imparcialidade.....	199

### *Capítulo XIV – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA: CONCEITO, CONTEÚDO, COMPETÊNCIA LEGISLATIVA*

86. conceito.....	201
87. competência legislativa .....	202
88. o objeto da organização judiciária.....	203
89. Magistratura.....	203
90. a estrutura judiciária nacional .....	205
91. os juízos de primeiro grau de jurisdição .....	207
92. os tribunais das diversas Justiças .....	208
93. divisão judiciária .....	208
94. épocas para o trabalho forense .....	209

*Capítulo XV – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA*

95. órgãos de superposição.....	212
96. Supremo Tribunal Federal: funções institucionais .....	213
97. graus de jurisdição do Supremo Tribunal Federal .....	215
98. ingresso, composição e funcionamento (STF) .....	216
99. Superior Tribunal de Justiça: funções institucionais e competência.....	217
100. ainda o Superior Tribunal de Justiça – ingresso, composição e funcionamento .....	218

*Capítulo XVI – ORGANIZAÇÃO DAS JUSTIÇAS ESTADUAIS*

101. fontes.....	220
102. divisão judiciária – os juízos de primeiro grau .....	220
103. a carreira da Magistratura: ingresso, vitaliciamento, promoções e remoções .....	221

*Capítulo XVII – ORGANIZAÇÃO DAS JUSTIÇAS DA UNIÃO*

104. as Justiças da União.....	223
105. organização da Justiça Federal (comum).....	223
106. organização da Justiça Militar da União .....	225
107. organização da Justiça Eleitoral.....	226
108. organização da Justiça do Trabalho .....	227

*Capítulo XVIII – SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA*

109. órgãos principais e órgãos auxiliares da Justiça .....	230
110. classificação dos órgãos auxiliares da Justiça.....	231
111. auxiliares permanentes da Justiça .....	232
112. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos de encargo judicial) .....	235
113. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes).....	236
114. fê pública .....	236

*Capítulo XIX – MINISTÉRIO PÚBLICO*

115. noção, funções e origens .....	238
116. Ministério Público e Poder Judiciário.....	239
117. princípios .....	241
118. garantias .....	242
119. impedimentos e mecanismos de controle .....	243
120. órgãos do Ministério Público da União .....	244
121. Conselho Nacional do Ministério Público.....	245

*Capítulo XX – O ADVOGADO*

122. noções gerais .....	247
123. Defensorias Públicas .....	249
124. a Advocacia-Geral da União .....	250
125. natureza jurídica da advocacia .....	250
126. a representação pelo advogado – a exigência de procuração .....	251
127. abrangência da atividade de advocacia e honorários .....	251
128. deveres e direitos do advogado .....	252
129. Ordem dos Advogados do Brasil .....	253
130. exame de Ordem e estágio .....	255

**TERCEIRA PARTE**  
**JURISDIÇÃO**

*Capítulo XXI – JURISDIÇÃO: CONCEITO  
E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS*

131. conceito de jurisdição .....	259
132. caráter substitutivo .....	260
133. escopo jurídico de atuação do direito .....	261
134. outras características da jurisdição (lide, inércia, definitividade) ....	262
135. jurisdição, legislação, administração .....	264
136. os órgãos exercentes da jurisdição estatal .....	265
137. princípios inerentes à jurisdição estatal .....	266
138. dimensões da jurisdição .....	269
139. poderes inerentes à jurisdição .....	270
140. a jurisdição arbitral .....	270

*Capítulo XXII – ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO*

141. unidade da jurisdição estatal .....	273
142. jurisdição penal ou civil .....	274
143. relacionamento entre jurisdição penal e civil .....	274
144. jurisdição especial ou comum .....	277
145. jurisdição superior ou inferior .....	278
146. jurisdição de direito ou de equidade .....	279

*Capítulo XXIII – LIMITES DA JURISDIÇÃO*

147. generalidades .....	281
148. limites internacionais .....	281
149. limites internacionais de caráter pessoal .....	283
150. limites internos .....	284

*Capítulo XXIV – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA*

151. administração pública de interesses privados .....	286
152. jurisdição voluntária .....	287

*Capítulo XXV – COMPETÊNCIA: CONCEITO, ESPÉCIES, CRITÉRIOS DETERMINATIVOS*

153. conceito .....	291
154. distribuição da competência .....	292
155. órgãos judiciários diferenciados.....	293
156. elaboração dos grupos de causas.....	294
157. dados referentes à causa .....	294
158. dados referentes ao processo.....	296
159. atribuição das causas aos órgãos .....	297

*Capítulo XXVI – COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA*

160. prorrogação da competência .....	302
161. causas de prorrogação da competência.....	304
162. prorrogação da competência e prevenção.....	305
163. deslocamento da competência.....	306

---

**QUARTA PARTE  
AÇÃO E EXCEÇÃO**

---

*Capítulo XXVII – A AÇÃO*

164. conceito.....	311
165. teoria imanentista.....	311
166. a polêmica Windscheid-Muther .....	312
167. a ação como direito autônomo .....	312
168. a ação como direito autônomo e concreto .....	312
169. a ação como direito autônomo e abstrato.....	314
170. apreciação crítica das várias teorias .....	314
171. a doutrina de Liebman.....	316
172. natureza jurídica da ação .....	318
173. a ação penal .....	318
174. condições da ação (teoria geral e processo civil).....	321
175. condições da ação (processo penal) .....	322
176. o interesse de agir como condição da ação .....	324
177. a legitimidade “ad causam”.....	326
178. a legitimidade extraordinária ou substituição processual.....	326

179. a legitimidade “ad causam” no âmbito penal .....	327
180. carência de ação.....	330
181. a teoria da asserção.....	330

*Capítulo XXVIII – EXCEÇÃO: A DEFESA DO RÉU*

182. bilateralidade do processo .....	333
183. exceção .....	334
184. natureza jurídica da exceção .....	335
185. classificação das exceções.....	337

**QUINTA PARTE  
PROCESSO**

*Capítulo XXIX – PROCESSO, RELAÇÃO JURÍDICA,  
CONTRADITÓRIO, PROCEDIMENTO*

186. processo e procedimento .....	341
187. teorias sobre a natureza jurídica do processo.....	342
188. o processo como relação jurídica.....	343
189. o processo como situação jurídica .....	345
190. natureza jurídica do processo .....	345
191. o processo como procedimento em contraditório.....	348
192. legitimação pelo procedimento e pelo contraditório .....	349
193. relação jurídica processual e relação material – autonomia da relação processual.....	350
194. sujeitos da relação jurídica processual.....	351
195. objeto da relação processual.....	353
196. características da relação processual.....	353
197. pressupostos da relação processual (pressupostos processuais)....	355
198. pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito .....	356
199. início e fim do processo .....	358
200. diferentes tipos de processo e de procedimento .....	359

*Capítulo XXX – DEMANDA*

201. formação do processo – a demanda .....	364
202. identificação da ação ou da demanda.....	365
203. partes.....	365
204. causa de pedir (ou “causa petendi”) – a teoria da substanciação ..	366
205. o pedido .....	368
206. o pedido e o objeto do processo .....	369
207. classificação das demandas .....	372

208. relações entre demandas – litispendência, continência e conexidade.....	372
209. relações entre demandas – prejudicialidade.....	374
210. cumulação de demandas.....	376
211. estabilização e alteração da demanda .....	378

### *Capítulo XXXI – SUJEITOS DO PROCESSO*

212. generalidades .....	380
213. o juiz .....	381
214. o conceito puro de parte e o conceito puro de terceiro .....	382
215. a qualidade de parte .....	383
216. a aquisição da qualidade de parte.....	383
217. dualidade das partes.....	383
218. pluralidade de partes.....	384
219. litisconsórcio.....	385
220. intervenções de terceiros .....	386
221. intervenção voluntária ou coata .....	386
222. intervenção litisconsorcial voluntária .....	387
223. intervenção do litisconsorte necessário.....	387
224. assistência simples ou litisconsorcial .....	387
225. recurso de terceiro prejudicado .....	389
226. denunciação da lide .....	389
227. chamamento ao processo.....	389
228. sucessão do réu pela parte legítima.....	390
229. incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	390
230. “amicus curiæ” .....	391
231. a tríplice capacidade processual – a capacidade de ser parte, a de estar em juízo e a postulatória.....	392
232. parte e representante .....	394
233. sucessão processual e substituição processual.....	395
234. faculdades e poderes das partes – faculdades puras ou não .....	395
235. ônus das partes.....	396
236. deveres das partes.....	397

### *Capítulo XXXII – ATOS PROCESSUAIS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO*

237. fatos e atos processuais.....	399
238. conceito de ato processual.....	400
239. negócios jurídicos processuais .....	401
240. classificação dos atos processuais.....	402
241. atos processuais do juiz (atos judiciais).....	402
242. atos dos auxiliares da Justiça.....	405

243. atos processuais das partes .....	405
244. atos processuais simples e complexos .....	407
245. documentação do ato processual.....	408

### *Capítulo XXXIII – FORMAS PROCESSUAIS – PROCEDIMENTO*

246. o sistema da legalidade das formas .....	410
247. as exigências quanto à forma .....	412
248. o lugar dos atos do procedimento .....	412
249. o tempo dos atos do procedimento.....	412
250. prazos processuais .....	412
251. o modo do procedimento e de seus atos .....	414
252. o modo do procedimento (linguagem): procedimento escrito, oral e misto.....	415
253. a nova oralidade: o procedimento eletrônico .....	417
254. ainda o modo do procedimento: o impulso processual .....	419
255. as preclusões .....	420
256. o modo do procedimento: o rito e a relativa rigidez e indisponibilidade do processo e do procedimento .....	422

### *Capítulo XXXIV – DEFEITOS DO ATO PROCESSUAL*

257. inobservância da forma .....	426
258. nulidade .....	427
259. a pronúncia da nulidade.....	428
260. nulidade absoluta e nulidade relativa.....	430
261. inexistência jurídica do ato processual .....	431
262. convalidação do ato processual.....	432

### *Capítulo XXXV – PROVA*

263. o temário geral do direito probatório .....	434
264. conceito de prova.....	435
265. direito à prova e suas limitações .....	436
266. provas ilícitas.....	436
267. fontes de prova .....	439
268. meios de prova.....	439
269. objeto da prova .....	440
270. destinatário da prova .....	441
271. ônus da prova.....	442
272. a inversão do ônus da prova e a distribuição dinâmica desse ônus.....	444
273. o poder judicial de iniciativa probatória .....	445
274. valoração da prova.....	447

*Capítulo XXXVI – SENTENÇA E COISA JULGADA*

275. conceito de sentença.....	450
276. espécies de sentenças.....	451
277. sentença meramente declaratória.....	452
278. sentença condenatória.....	453
279. sentença constitutiva.....	453
280. a tutela jurisdicional em caso de crise de conhecimento.....	454
281. a proposta de uma classificação quádrupla das sentenças.....	455
282. custo do processo.....	456
283. coisa julgada.....	458
284. a coisa julgada penal.....	461
285. limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada.....	462
286. limites subjetivos da coisa julgada.....	464

*Capítulo XXXVII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS*

287. direito ao reexame de decisões.....	469
288. recursos – três acepções do vocábulo.....	470
289. mérito do recurso e mérito da causa.....	471
290. pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	472
291. legitimidade recursal.....	472
292. legitimidade recursal no processo penal.....	473
293. interesse recursal.....	474
294. os pressupostos recursais intrínsecos.....	476
295. pressupostos positivos.....	476
296. pressupostos negativos.....	479
297. juízo de admissibilidade e juízo de mérito – conceitos e distinção – o objeto do juízo de admissibilidade.....	481
298. juízo de admissibilidade – competência e efeitos.....	481
299. efeitos dos recursos.....	482
300. tipicidade e unicidade recursais.....	487
301. unirrecorribilidade.....	487
302. apelação.....	487
303. agravo de instrumento.....	489
304. o recurso especial e o recurso extraordinário.....	490
305. o recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos e o incidente de resolução de demandas repetitivas.....	491
306. agravo interno.....	492
307. embargos de declaração.....	492
308. recurso ordinário.....	493
309. agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	493

310. embargos de divergência.....	493
311. incidente de assunção de competência.....	494
312. incidente de arguição de inconstitucionalidade (reserva de Plenário).....	494
313. os embargos infringentes e de nulidade do processo penal e o julgamento estendido do processo civil.....	495
314. devolução oficial.....	496
315. suspensão da tutela provisória e da execução provisória.....	496
316. as demandas autônomas de impugnação às decisões judiciais.....	497
317. ação rescisória e revisão criminal: objeto.....	497
318. condições da ação rescisória e da revisão criminal.....	498
319. o objeto do processo da ação rescisória e da revisão – juízo rescindente e juízo rescisório.....	500
320. o processo da ação rescisória e da revisão criminal – pressupostos processuais.....	501
321. diferenças entre rescisão e revisão: prazo decadencial e “reformatio in pejus” indireta.....	503
322. mandado de segurança contra atos jurisdicionais.....	504
323. “habeas corpus”.....	506
324. ação anulatória de sentença arbitral.....	507
325. ação anulatória de atos negociais homologados judicialmente.....	508
326. “querela nullitatis”.....	508
327. reclamação.....	509
328. arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	509

*Capítulo XXXVIII – PROCESSO  
OU FASE DE CONHECIMENTO*

329. o procedimento comum.....	511
330. a fase postulatória.....	513
331. a fase ordinatória.....	514
332. a fase instrutória.....	515
333. a fase decisória.....	516

*Capítulo XXXIX – EXECUÇÃO, PROCESSO DE EXECUÇÃO  
E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA*

334. execução – conceito geral.....	517
335. título executivo.....	518
336. execução civil – conceito e distinções.....	518
337. o título executivo e a exigibilidade do crédito na execução civil..	519
338. processo de execução (por título extrajudicial) e fase de cumprimento de sentença.....	520

339. competência para a execução civil.....	521
340. espécies de execução civil.....	522
341. liquidação de sentença.....	522
342. as oposições do devedor (embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade).....	523
343. o cumprimento provisório de sentença.....	525
344. execução penal.....	526

### *Capítulo XL – TUTELA PROVISÓRIA*

345. o tempo e os direitos .....	529
346. as tutelas provisórias no processo civil.....	530
347. as tutelas de urgência (cautelares ou antecipadas).....	531
348. os requisitos fundamentais – “fumus boni juris” e “periculum in mora” – cognição sumária.....	532
349. reversibilidade e revogabilidade .....	534
350. a estabilização da tutela antecipada .....	534
351. a tutela da evidência .....	535
352. competência.....	535
353. medidas inominadas (atípicas) – o poder geral de cautela e o poder geral de antecipação .....	536
354. liminares – concessão “inaudita altera parte” ou após breve justificação.....	536
355. antecipação de tutela recursal.....	537
356. as cautelares no processo penal .....	537

### *Capítulo XLI – PROCESSO COLETIVO*

357. interesses coletivos.....	540
358. a dimensão social da defesa dos interesses difusos .....	541
359. configuração política dos interesses difusos.....	541
360. necessidade de tutela jurisdicional referente aos interesses difusos ou coletivos.....	542
361. a tutela jurisdicional dos interesses transindividuais no Brasil .....	543
362. interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	544
363. legitimidade, eficácia metaindividual da sentença, coisa julgada e outras técnicas dos processos coletivos brasileiros .....	545
364. coletivização das ações individuais .....	547
365. um novo processo para o controle jurisdicional de políticas públicas .....	548

*Capítulo XLII – PROCESSO ARBITRAL*

366. processo arbitral.....	550
-----------------------------	-----

*Capítulo XLIII – TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS*

367. conceito e disciplina legal .....	553
368. o processo dos juizados especiais .....	554
369. mandado de segurança .....	556
370. o processo monitorio .....	558
371. processo para o controle abstrato da constitucionalidade das leis ...	559
372. “habeas corpus” .....	560
Bibliografia Geral.....	563